

COMPLEXO AGROINDUSTRIAL, MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E PARTICIPAÇÃO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NO ESTADO DO PARANÁ

Sergio Fajardo

Prof. Adjunto Depto.de Geografia da UNICENTRO, Guarapuava-PR
Doutor em Geografia pela UNESP, Pres. Prudente – SP
sergiofajardo@hotmail.com

RESUMO

O artigo discute o conceito de Complexo Agroindustrial como base da construção de atividades agrícolas modernas no meio rural brasileiro e da definição do chamado "agronegócio". Nesse sentido, o processo de integração entre agricultura e indústria é evidenciado também na ampliação das relações intersetoriais que culminaram na estruturação de um novo padrão agrário. Nesse, a agricultura se constitui em mais um elo da dinâmica produtiva geral e o espaço agrícola passa a ser comandado pela lógica da ampliação das relações capitalistas no campo. As transformações no setor agroindustrial resultaram na superação conceitual da terminologia Complexo Agroindustrial. O caso do Estado do Paraná e a participação das cooperativas agropecuárias têm destaque na discussão.

Palavras-chave: Complexo agroindustrial; modernização da agricultura; economia paranaense.

COMPLEXO AGROINDUSTRIAL, MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E PARTICIPAÇÃO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NO ESTADO DO PARANÁ

ABSTRACT

The article argues the concept of Agro-industrial Complex as base of the construction of modern agricultural activities in the Brazilian agricultural way, of the definition of the "agribusiness". In this direction, the process of integration between agriculture and industry are also evidenced in the magnifying of the inter-sectorial relations that had culminated in the structural of a new agrarian standard. In this, agriculture if constitutes in plus a link of the general productive dynamics and the agricultural space passes to be commanded by the logic of the magnifying of the capitalist relations in the countryside. The transformations in the agro-industrial sector had resulted in the conceptual overcoming of the Agro-industrial Complex terminology. The case of the Paraná State and the participation of the agricultural cooperatives have prominence in the quarrel.

Key words: Agro-industrial complex; modernization of agriculture; Economy of the Paraná State.

INTRODUÇÃO

A noção de Complexo Agroindustrial serve para caracterizar uma tipologia marcada pelas relações intersetoriais indústria-agricultura-comércio-serviços num padrão agrário moderno, no qual o setor agropecuário passa a ser visto de maneira integrada à indústria. Medeiros (1995, p.49) atribui a origem da conceituação "*Complexo Agroindustrial*" aos estudos de Perroux (1960, 1967) e Hirschman (1960) que apresentavam uma visão de desenvolvimento econômico como fator determinante nas circunstâncias de cada região, que as condicionavam ou não

Recebido em 06/01/2008

Aprovado para publicação em 19/08/2008

como centro dinâmico ou como periferia².

A idéia básica era de que o processo de desenvolvimento é formado por setores e atividades produtivas interligadas. Na atividade produtiva não poderia haver vazios, setores considerados vazios quando ocupados provocavam o surgimento de outras atividades para frente e para trás formando uma cadeia produtiva. A perspectiva histórica da formação do Complexo Agroindustrial Brasileiro inclui a inserção da economia nacional a uma lógica produtiva global com adoção um modelo moderno onde a presença de tecnologias e padrões de consumo novos, expõe a realidade da grande produção que não distingue mais a natureza dos diversos capitais (agrícola, agroindustrial ou financeiro), compõem o conjunto da economia.

A FORMAÇÃO DE UM COMPLEXO AGROINDUSTRIAL NO BRASIL

Até a década de 1950, do século XX, não havia uma palavra que designasse ou descrevesse o inter-relacionamento das funções afins à agricultura ou atividades com produtos agropecuários (armazenamento, processamento, industrialização) como ressalta Araújo (1990, p.238):

Os próprios americanos não a tinham até 1955. Foi neste ano que o prof. John Davis, em um trabalho apresentado no congresso de distribuição de produtos Agrícolas, em Boston, pronunciou, publicamente a palavra "agribusiness" a soma total de todas as operações envolvendo a produção e distribuição de insumos agrícolas; operações de produção na fazenda; armazenamento, processamento e distribuição de produtos agrícolas e dos produtos deles derivados. Assim, o "agribusiness" abrangeria, modernamente, todas as funções que o termo agricultura abrangeria à época da agricultura tradicional.

Foi neste sentido que em 1958 John Davis e Ray Goldberg lançaram o livro: "*A Concept of Agribusiness*", baseado na hipótese de que os problemas relacionados com a atividade agrícola eram mais complexos que a atividade rural em si. Dessa forma ampliou-se o conceito de agricultura. "Em seu conjunto, o *agribusiness* é composto por vários subsistemas agroindustriais associados aos principais produtores. Entre os órgãos de coordenação destacam-se as firmas, as cooperativas, as associações de empresas e mesmo o mercado [...]". (SIFERT FILHO e FAVERET FILHO, 1998, p.266).

Mas a simples existência de agroindústria não configura haver um complexo agroindustrial. É necessário considerar alguns condicionantes econômicos que também são estruturais e temporais, ou seja, um nível elevado de relações entre diversos setores e atividades econômicas. Graziano da Silva (1996, p.64-65) ressalta que a noção original de *Agribusiness* nada tem que ver com quaisquer teorias de desenvolvimento ou idéia de dinâmica de crescimento, mas tem uma origem estática. O termo se destina então somente à ampliação do conceito de agricultura, que nos Estados Unidos dos anos 1950 não poderia ser tratada como setor primário, pois na sua dinâmica, produzia insumos e ainda e estava em crescente interligação setorial Assim, traduzido, o termo virou Complexo Agroindustrial.

Entenda-se por Complexo Agroindustrial o conjunto de relações entre indústria e agricultura na fase em que esta mantém intensas conexões para trás, com a indústria para a agricultura e para frente, com as agroindústrias e outras unidades de intermediação que exercem impactos na dinâmica agrária. O Complexo Agroindustrial é uma forma de unificação das relações entre os grandes departamentos econômicos com os ciclos e as esferas de produção, distribuição e consumo, relações estas associadas às atividades agrárias. (MÜLLER, 1989a, p.41).

² O primeiro autor a utilizar o termo Complexo Agroindustrial no Brasil foi Alberto Passos Guimarães, em 1976, para designar a integração técnico-produtiva entre a agricultura e o setor industrial. O tema foi desenvolvido em: Guimarães, A. P. A Crise Agrária, 1979, Rio de Janeiro. Paz e Terra.

No Brasil, alguns autores (KAGEYAMA, 1987, p.3, e GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.5) consideram a existência de um “*Complexo Rural*”, anteriormente à constituição dos chamados *Complexos Agroindustriais (CAIs)*, numa situação em que haveria uma dinâmica muito simples na qual a atividade agrícola, ou o setor rural, mantinha poucas ou quase nenhuma relação com atividades externas às fazendas, a não ser com o mercado externo para um único produto, de modo geral, em todo o circuito produtivo com valor comercial como o caso da lavoura cafeeira desde o século XIX. Este Complexo Rural atinge seu auge em 1850 entrando num processo de crise e desarticulação. No seio do mesmo é gerado o chamado *Complexo Cafeeiro* que tem seu período de auge por volta dos anos de 1930, estendendo-se até a década de 1960.

Foi o desenvolvimento de um mercado de trabalho - devido ao fim do tráfico negreiro e início da imigração, fatos derivados de pressões internacionais - e ainda a constituição de um mercado interno fatores decisivos para a crise do Complexo Rural. Esse processo de crise acelera-se em 1929, com a chamada “*Depressão Econômica Mundial*”, e durante o período do governo de Getúlio Vargas com a reorientação econômica no sentido da industrialização, consolidada nos anos 50, com a internalização do departamento produtor de bens de capital³ (implantação do chamado “D1”) e também com a ampliação das atividades urbanas ou da própria urbanização.

A agricultura perdeu espaço com a industrialização nos anos de 1950. Esse processo, para se viabilizar exigiu políticas que distorciam os preços na economia (LOPES, 1993, p.3), produziu uma transferência maciça da renda agrícola para outros setores.

Para que se encerrasse o predomínio do Complexo Rural, no cenário econômico do país, foi determinante uma forte ação estatal, não apenas visando a industrialização como também a modernização da agricultura, processo que teve impulso, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial. As transformações na base técnica da produção agropecuária iniciaram com a importação de tratores, máquinas, fertilizantes e outros insumos, consolidando-se quando esses bens de capital e insumos agrícolas passam a ser produzidos internamente em substituição às importações - com a implantação do D1 para a agricultura - na década de 1950.

MODERNIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA NA CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL

A modernização agropecuária significou um suporte para a constituição dos chamados “complexos agroindustriais”. Ao lado de outro processo, a industrialização da agricultura⁴, que caracterizaria o momento em que a modernização agrícola se torna irreversível, pois como um ramo de produção na divisão do trabalho, a agricultura converte-se em compradora de insumos industriais do D1 e produtora de matérias-primas para outros ramos industriais - a agroindústria processadora a jusante. Dessa maneira, a atividade agrícola incorpora-se ao modo industrial de produzir (MÜLLER, 1989a, p.41).

A industrialização do campo é um momento específico do processo de modernização, a reunificação agricultura-indústria num patamar mais elevado que do simples consumo de bens industriais pela agricultura. É o momento da modernização a partir do qual a indústria passa a comandar a direção, as formas e o ritmo da mudança na base técnica agrícola, o que ela só pode fazer após a implantação do D1 para a agricultura no país. (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.32).

E é exatamente esse momento, de subordinação da agricultura à dinâmica industrial, o período de formação do Complexo Agroindustrial, na década de 60, consolidando-se em meados dos anos 70. Essa industrialização da agricultura que foi desigual e segundo Oliveira (1991, p.24), através da mesma o capitalismo unificou o que o que havia separado no início do seu

³ GRAZIANO DA SILVA (1996, p.5) denomina “D1” agrícola, como o setor industrial produtor de bens de capital e insumos básicos para a agricultura. A mesma definição é encontrada em KAGEYAMA (1987, p.10).

⁴ Conforme OLIVEIRA (1990, p.27) a industrialização do campo consolida, implanta e conforma o CAI. A autora inclusive coloca esse processo como sinônimo do Complexo Agroindustrial.

desenvolvimento (o que pode até parecer contraditório): a agricultura e a indústria, o que foi possível porque o capitalista se tornou também o proprietário das terras. A partir de então mudam as relações entre agricultura e demais setores (GUIMARÃES, 1979, p.113).

Cabe lembrar os dois sentidos de Complexo Agroindustrial (CAI). No seu sentido mais amplo designa, como observa Müller (1981, p.36):

[...] esse amplo espectro das relações setoriais que, num elevado nível de abstração, pode ser entendido como uma forma particular de unificação das conexões entre os grandes departamentos econômicos com os ciclos econômicos, e que obrigatoriamente levam em consideração as atividades agrárias”. Isso quer dizer que a agricultura e todas as atividades ligadas a ela, são inseridas numa nova realidade econômica, num conjunto de segmentos e cadeias vinculadas.

A noção de CAI em sentido amplo forma assim também uma unidade de análise⁵, na qual as atividades agropecuárias se vinculam com as atividades industriais (a sua jusante e a sua montante) e com o comércio de produtos agrários e agroindustriais numa relação de interdependência. Em suma, define um novo tratamento do setor agropecuário em integração com os outros setores.

Em sentido específico o termo complexo agroindustrial, para vários autores, é entendido como um conjunto de relações intersetoriais voltado a um produto ou cadeia em particular como explica Leite (1990, p.23):

No intento de operacionalizar o conceito, os autores distinguem os diversos complexos, na medida em que o conjunto de indústrias de transformação não é homogêneo. Assim, um conjunto de indústrias que mantenham relações mercantis entre si e poucas transações com o restante da economia, pode delimitar um complexo. Ainda no que tange aos limites, a interrupção do complexo é dada no momento em que aquele conjunto de indústrias atingem outras firmas de produção de um bem de uso difundido.

Ainda que a descrição de Leite (1990, p. 23) possa abranger também os chamados “*complexos industriais*”, evidentemente, as relações com as atividades agropecuárias determinariam o distinto Complexo Agroindustrial, como sucro-alcooleiro, soja, avicultura, etc, enquanto as atividades agroindustriais comandariam as decisões do meio rural.

Kageyama (1987, p.82-83) distingue quatro segmentações que caracterizam a estrutura do Complexo Agroindustrial. A primeira seria formada pelos CAIs completos, totalmente integrados a montante e a jusante, conformando um “*tripé*” entre indústria para a agricultura, atividades agrícolas modernas e agroindústrias processadoras. Como exemplo são citados os casos dos complexos: avícola, de açúcar e álcool, carnes e soja. Depois viriam os CAIs chamados incompletos, amplamente integrados a jusante com as agroindústrias, mas sem estabelecer vínculos específicos com o setor industrial a montante, sendo este um fornecedor genérico, como exemplo são citados os casos das fibras de algodão, laticínios, frutas e outros. Assim os mesmos não configuram complexos. O terceiro segmento seria o das atividades agrícolas modernas sem vínculos específicos nem a montante nem a jusante, apesar de consumidoras de insumos industriais de um mercado genérico, como o caso do café. O último segmento seria o das atividades agrícolas artesanais, onde não há ligações fortes para ‘*frente*’ ou para ‘*trás*’, podendo atingir o mercado final ou servindo de subsistência, nesse caso ficam à margem do CAI.

Não se pode esquecer da dinâmica dos capitais industrial e financeiro à qual a agricultura (entendida como conjunto amplo de atividades agropecuárias) passa a subordinar-se. Como aponta Kageyama (1987, p.11): “O elemento que dá unidade às diversas atividades dos

⁵ MÜLLER (1989a, p.31) descreve o Complexo Agroindustrial como unidade de análise; LEITE (1990, p.41) sustenta que essa mesma abordagem pode ser desenvolvida observando-se uma linha de produto específica, ou seja, uma cadeia produtiva.

complexos agroindustriais é que todas elas são atividades do capital, com uma regulação macroeconômica mais geral. As ligações inter-capitais não são apenas técnicas, mas sobretudo financeiras”.

Nesse sentido, vale dizer que as relações intersetoriais atingem, no Complexo Agroindustrial, os setores técnicos e financeiros sendo por meio de relações entre os diferentes capitais (agrário, industrial, bancário e financeiro) que se dá o surgimento de um novo processo no bojo do CAI, que constitui a centralização e a integração de capitais, de forma cada vez mais ampla e difundida.

Ainda sobre os diferentes conceitos de CAI, os autores Furtuodo, Barros e Guilhoto (1998, p.11) trazem seis versões:

FARINA (1988) formula o conceito de sistema agroindustrial de alimentos como a cadeia que se inicia na produção agrícola, passa pelo processo de transformação industrial e pela rede de distribuição e atinge o consumidor final. STREETER et al. (1991) adotam a visão ampla de CAI, somando aos segmentos a montante (indústria de bens de produção e de insumos básicos para a agricultura) e a jusante (indústria processadora de alimentos e matérias-primas) o consumidor. Para BARRY et al. (1992), o CAI é dito como uma cadeia de atividades inter-relacionadas, incluindo produção, processamento, comercialização e instituições de organização e elaboração/implementações de políticas setoriais. ARAÚJO et al. (1990), ao estudarem o CAI brasileiro, consideram os segmentos de insumos agrícolas, armazenagem, processamento e distribuição final.

Além dessas conceituações, esses autores apresentam a definição de Delgado (1985), definindo o conjunto de empresas a jusante através do uso de critérios da origem agropecuária das matérias-primas utilizadas com um limite mínimo de 50%, e por fim a do IBGE (1995), que obedece a critérios com relação ao primeiro processamento ou processo de produção contínua dos produtos industriais que derivam da agricultura. Todas essas noções contribuem para estabelecer a composição do Complexo Agroindustrial⁶ dentro de uma visão dinâmica da agricultura. No entanto, é preciso notar que o uso do termo Complexo Agroindustrial ainda encontra algumas resistências como Lauschner (1993, p. 273) que praticamente traduz o termo *Agribusiness* por “Complexo Rural”, o que poderia ser considerado um contra-senso do ponto de vista semântico.

Não obstante, há que considerar que, se anteriormente ao processo de modernização, a agricultura praticada até então no Brasil era caracterizada pelo predomínio de uma cultura de exportação e por uma quase auto-suficiência das fazendas que mantinham poucas relações com atividades econômicas externas, além do vínculo comercial de exportação, essa realidade permite a delimitar a existência temporal e espacial de um *complexo rural*, como já foi referido. Como tal situação perdurou por várias décadas até meados do século XX, assumindo a forma de complexo cafeeiro, pode-se dizer que esse foi o padrão agrário dominante e que teve sua evolução e decadência.

O Complexo Rural, em gradativa desarticulação, substituído pelo *Complexo Cafeeiro*, sobretudo em São Paulo, teve grande influência na expansão urbana e industrial do Brasil pelas atividades que acabou por gerar em torno da economia cafeeira (SILVA, 1976, p.18), como infra-estrutura, de redes viárias, de atividades comerciais, bancária e industrial; vinculadas à burguesia agrária, sofreu seus primeiros impactos na sua estrutura com a separação das novas atividades criadas no próprio seio da cafeicultura (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.11-12). Aliado a isso está o redirecionamento da economia brasileira com vistas à industrialização,

⁶ É necessário lembrar que o conceito de *Agribusiness*, além de influenciar o uso dos termos Complexo Agroindustrial e Sistema Agroindustrial, inspirou também a versão francesa elaborada por MALASSIS (1973), conforme GRAZIANO DA SILVA (1996, P.67-68), que utiliza o conceito de Setor Agroalimentar - SAA, no qual estaria inserida a noção de “*filière*” ou cadeia agroalimentar.

e ainda as crises no mercado internacional do café. O setor agrícola passa a ser encarado como algo a ser transformado para servir o desenvolvimento industrial, e, para tanto a modernização e diversificação da agricultura seriam essenciais.

E foi exatamente esse processo o responsável pela integração crescente do setor agropecuário com o industrial e financeiro. A intensificação das relações inter-setoriais acompanharam as políticas econômicas e estratégias de desenvolvimento. Cadeias produtivas como das oleaginosas, sobretudo soja, e de carnes conhecem crescimento extraordinário relacionado com alterações nos padrões de produção e consumo entre as décadas de 1960, 1970 e 1980.

Com isso ocorre a afirmação conceitual do Complexo Agroindustrial enquanto modelo analítico. Entretanto, Mazzali (2000) destaca as transformações na ordem econômica internacional, as inovações tecnológicas (como o advento da biotecnologia, microeletrônica), a crise fiscal e a desarticulação do aparato e regulação estatal como fatores decisivos na reestruturação agroindustrial. A economia em geral se torna mais dinâmica e complexa. "O intenso ritmo de desenvolvimento tecnológico e o encurtamento do ciclo de vida dos produtos, acentuaram o grau de incerteza em relação à tecnologia e suas inovações." Por outro lado, novos padrões industriais impõem novas condições tecnológicas de produção e reforçam a globalização da demanda.

Entretanto, antes de atingir o nível de complexidade exposto, a articulação com a produção agroindustrial foi decisiva na orientação das atividades agropecuárias. O território passa a ter um novo uso no período técnico-científico-informacional resultado dessas inovações técnicas e organizacionais, que incluem: "[...] o aproveitamento dos ciclos vagos no calendário agrícola ou o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos e informações [...]" (SANTOS e SILVEIRA, 2004, p. 118).

Santos (2002, p. 88-94), partindo da idéia da existência de uma "agricultura científica e globalizada", que aliena o território, examina o caso brasileiro dando conta que a modernização agrícola revelou a vulnerabilidade das regiões agrícolas modernas diante da "modernização globalizadora". Essa dinâmica seria realidade na maior parte dos Estados do Sul e do Sudeste e no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e em manchas isoladas em outras unidades da federação brasileira

A MODERNIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO PARANÁ E A PARTICIPAÇÃO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS

A modernização agropecuária, iniciada no país na década de 1950, com estímulos do Estado e seus esforços para a implantação do D1 agrícola, impulsionada nos anos 60 com o advento de tecnologias (novos insumos, máquinas, técnicas de plantio e sementes selecionadas) do chamado "*pacote tecnológico norte-americano*" da *Revolução Verde*⁷, o que implicou na introdução de novas culturas, como a soja e o trigo, denominadas *modernas*, chegando ao Paraná principalmente nos anos 1970, simultaneamente ao processo de desarticulação da estrutura cafeeira, atividade produtiva predominante no Norte do Estado.

Esse processo de modernização foi muito eficiente na sua difusão, pois impôs condições de produção sem as quais torna-se inviável qualquer atividade agrária com fins comerciais. Tendo como base principalmente a mecanização, o uso de novos elementos e insumos químicos e biológicos, bem como a aplicação de novas formas de trabalho, as transformações na produção agropecuária foram enormes. De um lado houve um ganho de produção e produtividade com um conseqüente aumento da renda agrícola; de outro estão os resultados

⁷ Sobre a Revolução Verde LACOSTE (1985, p.170) comenta que esta suscitou imensas esperanças, baseadas na seleção de sementes e cereais de ótimos rendimentos, mas exigia condições de produção inatingíveis para a maioria dos camponeses e empresários agrícolas. Sendo assim apenas uma minoria do conjunto de agricultores conseguiu operar com insumos modernos.

trágicos⁸, com a expulsão da mão-de-obra rural para os centros urbanos ou outras áreas de fronteira agrícola, e ainda, com a exclusão de produtores que não conseguiram incorporar-se à modernização. Müller (1990, p.53) classifica três grupos sociais resultantes da modernização agrária, fora àquele que emigrou dos campos:

O maior deles habita em estabelecimentos rurais que servem como moradia da família. Pode contar com alguma produção mercantil tradicional, mas com o predomínio da produção para subsistência. Pequenos proprietários, meeiros, ocupantes, cuja característica básica é a pobreza moderna, juntamente com o fato de serem mão-de-obra para a economia geral.

Os dois outros grupos, segundo o referido autor, são compostos de pequenos produtores que se incorporaram à modernização agrária via cooperativismo e via agroindústria. Porém o mesmo autor esclarece que estas vias não esgotam todas as modalidades empíricas de incorporação à modernização, mas abarcam a imensa maioria de produtores incorporados tendo em vista as dificuldades da manutenção do pequeno produtor de maneira independente.

Esse é um fato típico da modernização nos países chamados dependentes como ressalta Santos (1996, p.106):

A utilização das terras é limitada àquelas que são melhor adaptadas, num dado momento, às tarefas requeridas. O impacto não é tão cego, mas bem localizado; de modo a atribuir os maiores rendimentos aos esforços. Isto significa também que a modernização assim obtida é circunscrita a uma determinada área do país e deixa desocupada ou desprezada enormes porções do espaço. E assim que expressões como fronteira agrícola ou zona pioneira significam que o espaço ainda está aberto e pronto a ser conquistado.

Na década de 1970, o Paraná sofre o impacto da modernização agropecuária de forma mais intensa. As alterações na base técnica da produção ocorrem com a adoção de meios de origem industrial. O caso da agricultura paranaense constitui um verdadeiro *laboratório de pesquisa*:

[...] pois nela se encontram, na década de 70, regiões que apresentaram graus e ritmos diferentes de integração à modernização tecnológica, o que permite verificar como se deu esse processo, bem como acompanhar suas conseqüências. Encontra-se também um produto que contém em si as condições de funcionar como introdutor das inovações mecânicas, químicas e biológicas: a soja." (FLEISHFRESSER, 1988, p.17).

Delgado (1985, p.165) aponta que é a partir da modernização agropecuária na década de 1970 que o setor cooperativista também se moderniza, sendo nesse em que surge a figura da multicooperativa; entidade que se assemelha com uma empresa controladora de um grupo empresarial pela diversificação setorial e espacial de operação econômica.

A modernização tecnoeconômica que se refere, segundo Müller (1989b, p.63), a alteração na composição orgânica do capital, se faz presente como resultado da interação entre industrialização do campo, agroindustrialização das atividades agrárias e mudanças sociais e políticas entre os grupos sociais. E a constituição do Complexo Agroindustrial é produto dessa modernização tecnoeconômica.

Esse período de intensas transformações no meio rural é descrito por Lucci (1982, p.86-87):

Com o crescente aumento dos preços da terra e o intenso processo de urbanização provocado pela ocupação empresarial do campo durante a década de 70, as áreas mais tradicionais de cultivo vem intensificando o uso

⁸ Outra ocorrência atribuída às conseqüências da modernização agropecuária foi a visível tendência à concentração fundiária a qual se referem KONZEN e ZAPPAROLI (1990, p. 171-172).

de insumos modernos e equipamentos, principalmente nas culturas de café, soja, arroz e trigo, o que vem provocando rápidas mudanças nas relações de trabalho e de produção no meio rural.

O Paraná acompanhou o crescimento da agricultura no conjunto do país, colaborando também para esse impulso. Pois como salienta Munhoz (1982, p.46): "A agricultura brasileira registrou elevadas taxas de crescimento na década de 70, com um aumento no produto real até o ano de 1980, comportamento geral que também se verificou isoladamente com as lavouras". E, segundo o mesmo autor, isso se deve, sobretudo, à abertura de novos mercados externos, ao crescimento da demanda internacional e às maiores dimensões do mercado interno.

É justamente a cultura da soja o fator mais representativo da modernização na agricultura paranaense, especialmente no Norte do Estado. O sucesso da soja em substituição ao café no Norte do Paraná, se deve à condição de essa cultura possuir: inovações pré-adquiridas como sementes selecionadas; um processo de produção totalmente mecanizado desde o plantio até a colheita; a capacidade de aliar interesses, que impulsionaram o seu cultivo: o das indústrias processadoras e exportadoras do produto e do Estado que teve incluído um produto de grande aceitação na pauta de suas exportações. A soja, que constituiu a cultura mais dinâmica na década de 1970, onde se introduziram os elementos principais que conduziram às transformações quantitativas da agricultura paranaense, teve o seu resfriado seu dinamismo nos anos de 1980, mas mesmo na atualidade ainda é o principal produto em relação ao valor de produção. (ROLIM, 1995, p.63).

E foi a ação estatal, um dos mais importantes meios que promoveram a modernização, via mecanismos de crédito, incentivos fiscais e políticas direcionadas para produtos como a soja. O incentivo à produção da soja significou uma política de preço mínimo favorável, amplo crédito para investimentos nessa cultura com juros subsidiados.

Tais estímulos à modernização não atingiram as pequenas propriedades e outros produtos como o feijão (e outros gêneros alimentícios de primeira necessidade).

Assim sendo, a produção de alimentos fica relegada aos estabelecimentos que estão naturalmente impossibilitados de assumir um comportamento empresarial (pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes) que basicamente produzem a sua própria subsistência gerando um pequeno excedente para o mercado. Essa dispersão da produção em pequenas unidades cria a necessidade de um grande número de intermediários, fazendo com que, sobrevivendo uma eventual escassez de gêneros alimentícios, o diferencial de preços se dilua pelas numerosas escalas existentes entre o pequeno produtor e o consumidor final. (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p.31).

Percebe-se que, deixando de lado muitos produtos e produtores, a modernização agrária revela-se parcial, no entanto seu impacto é geral. Tal fato se justifica pelo estilo de incorporação à modernização implantada. A aliança entre os interesses dos capitais nacionais, internacionais e do Estado, põe em prática um processo modernizante, que escolhe as áreas onde a demanda agroindustrial das exportações e dos centros urbanos é mais forte e, portanto, mais interessantes. E ao mesmo tempo em que se modernizava, o setor agrícola consolidava sua condição de dependência, como consumidor, dos insumos industriais.

À medida que se industrializava, a agricultura passava de um nível inferior a um nível superior de desenvolvimento, mas isso também significava uma perda progressiva de sua autonomia e de sua capacidade de decisão. Agora se tornava possível apreciar as várias faces de um fenômeno que correspondia um passo à frente, inevitável no curso do crescimento agrícola, mas que lhe haveria de trazer uma nova ordem de problemas. Ao aumentar sua dependência, de um lado, em relação ao forte grupo de indústrias fornecedoras de insumos básicos e, de outro, em relação às grandes indústrias transformadoras e compradoras da maior parte dos produtos agrícolas, a agricultura irá aumentar sua produtividade, mas irá também

aumentar seus custos sem poder compensá-los com uma equivalente lucratividade. Isso também porque, entre outras razões, o mercado que nessa nova etapa se formará para seus produtos será muito menos livremente competitivo e tenderá a ser dominado mais e mais por condições monopolísticas. (ROCHA, 1990, p.239).

No Paraná, mais especificamente no Norte do Estado, as condições eram muito favoráveis à modernização. A economia estava integrada ao mercado nacional, havia disponibilidade de terras excelentes e existia um nível razoável de acumulação entre os produtores de café (FLEISHFRESSER, 1988, p.17-18). É na década de 1970 que tem início a instalação de grandes unidades industriais com o setor agroalimentar ocupando a liderança no conjunto da economia paranaense.

Adotar uma visão de conjunto da economia paranaense desenvolvida na região norte-paranaense é interessante por duas razões, segundo Padis (1981, p.105): “Primeiramente, porque as atividades de lavoura desenvolveram-se numa estrutura fundiária baseada nas pequenas e médias propriedades. E em segundo lugar, devido ao volume de produção de determinados bens, responsáveis por considerável parcela da renda gerada no Estado.”

O volume de crédito destinado à atividade agrícola no Paraná representou cerca de 20% do total destinado para o Brasil (PEREIRA, 1992, p.120). Nesse Estado, como em outros, a política de crédito rural foi decisiva para a modernização significando a maior parte no volume de vendas de tratores e do consumo de fertilizantes. Sendo o Paraná, sobretudo nos anos 1970, o Estado onde houve a maior expansão das áreas de soja e trigo, o consumo de insumos modernos para essas lavouras foi enorme graças aos créditos oferecidos e destinados especialmente às mesmas culturas.

Do mesmo modo, foi indispensável o financiamento público para a agroindustrialização. No caso das cooperativas esse amparo estatal permitiu um notável crescimento das mesmas no setor agroindustrial (MEDEIROS, 1997, p.5). Porém, um bom número de agricultores ficou à margem do processo de modernização e industrialização da agricultura, sendo esse lado trágico da modernização e das inovações tecnológicas. A consequência social foi então a criação dos excluídos do campo.

Por outro lado, na incorporação de produtores, como ressalta Müller (1994, p.15), através da industrialização do campo e da agroindustrialização da produção agrária, foi alterado o critério de participação dos produtores agrários em relação ao período “*latifúndio-minifúndio*”, sendo que a essa ocorreu em condições de radicais mudanças microeconômicas e sociais.

Em outras palavras, houve uma clara seletividade entre aqueles que poderiam ser incorporados, e os que foram incorporados o foram através de cooperativas, contratos com agroindústrias, contratos com supermercados, possibilidades de acesso direto a mercados graças a ação setor público. (MÜLLER, 1994, p.15).

Nesse contexto, as cooperativas agropecuárias surgem como uma das formas alternativas à inserção na modernização tecnológica do campo. Ao mesmo tempo, elas acabam também por incorporar os produtores à lógica e dinâmica do Complexo Agroindustrial. Ao ingressar em atividades agroindustriais as cooperativas vão buscar fortalecimento agregando valor aos produtos primários, e ampliando sua participação nas cadeias produtivas. E atingindo seus objetivos primários as cooperativas também atendem aos interesses do Estado, de um lado como instrumento da penetração do capitalismo no campo e de outro desencadeando um desenvolvimento econômico regional, segundo o modelo agroindustrial-exportador (MEDEIROS, 1997, p.5), implantado nos anos de 1970.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tipo de modernização praticado no Brasil - concentrada no Centro-Sul do país - e no Paraná, incorporou a atividade agropecuária a um conjunto de mercados fortemente oligopolizados, o que caracteriza o setor agroindustrial. Essa dinâmica, materializada no CAI, impôs novas formas de agroindústrias, organização comercial interna e internacional, padrões produtivos que redundam na submissão das atividades agrícolas ao comando industrial, sobretudo.

Essa, então, nova realidade, denominada de “*Padrão Agrário Moderno*”⁹ por MÜLLER (1989a, p.41), sintetiza os elementos presentes no Complexo Agroindustrial com a agricultura totalmente integrada à indústria por meio das relações intersetoriais no conjunto econômico. A agricultura assume assim um estilo empresarial de gerir-se.

Nesse quadro, as empresas cooperativas surgem como alternativa à inserção na modernização tecnológica do campo, funcionando ao mesmo tempo como propagadoras da mesma. Por outro lado, vêem-se forçadas a ingressar na atividade agroindustrial com intuito de agregar valor à produção agropecuária como meio de sobreviverem à concorrência com empresas que passam a operar com os mesmos produtos.

No Paraná as cooperativas agropecuárias tiveram um importante papel no processo de modernização da agricultura, levando os produtores associados a aderirem rapidamente às inovações tecnológicas, especialmente ao pacote tecnológico da soja, atuando como centros propagadores da mesma modernização. Para tal sentido, foram estimuladas pelo poder público que concedeu “[...] crédito a longo prazo para a instalação de infra-estrutura (silos, escritórios, armazéns, etc.) e do tratamento preferencial na consecução de políticas agrícolas”. (HESPANHOL e COSTA, 1995, p.374). Pode-se notar que as cooperativas atuaram como agentes da modernização e diversificação no campo.

A transição das cooperativas agrícolas, e no caso do Norte paranaense, sobretudo, as cooperativas de cafeicultores, de meras comercializadoras da produção para participantes do setor agroindustrial aconteceu com a consolidação da modernização agrária via lavouras mecanizadas de soja e trigo. A Agroindustrialização veio inicialmente através do processamento da produção entregue pelos associados. A diversificação da produção agrícola com o incentivo a novos cultivos trouxe a diversificação da forma de atuação das cooperativas, com grandes investimentos na verticalização.

No caso das cooperativas de cafeicultores do Norte do Paraná, estas surgem num período crítico para o mercado de café, como última saída da crise para os produtores. Na época, entre 1957 e 1964, - período no qual a maioria das cooperativas de cafeicultores foi implantada e estimulada pelo Estado via Instituto Brasileiro do Café. Como se pode observar não foi a doutrina cooperativista nem seus princípios filosóficos que atraíram os agricultores para aderirem a essa relação associativista, mas a vantagens econômicas que isso significaria.

Mesmo com características peculiares que distinguem as cooperativas de outras empresas, o fato de elas investirem na diversificação e agroindustrialização pode ser entendido pela necessidade de crescimento que na verdade foi, até certo ponto, imperativa. Isso é factível, na medida em que os ganhos com a comercialização, sem nenhum processamento, eram muito reduzidos, seja para a remuneração do cooperado, seja para a formação de um capital para que a cooperativa se sustentasse como entidade autônoma. Justamente por isso:

A existência de créditos subsidiados é básica porque o setor não dispõe da rentabilidade e conseqüente capacidade de competição que possuem as empresas nacionais e multinacionais concorrentes. Ao mesmo tempo, as

⁹ GRAZIANO DA SILVA (1996, p.83) critica MÜLLER (1990, p.15), ao não concordar com a noção de Padrão Agrário Moderno, por considerar que tal conceito pode acentuar, ainda mais, uma falsa noção de homogeneidade da produção capitalista no campo entre ramos distintos como, por exemplo, entre a pecuária e a horticultura. Porém o mesmo autor (idem, p.23) traz a noção de “Novo Padrão Agrícola” que caracterizaria a nova orientação agrícola para a integração vertical e para um incremento da produtividade.

características dos pequenos produtores que representam a maior parte do seu quadro social, não teriam permitido a geração de um volume de excedentes que possibilitassem o financiamento do mesmo ritmo de crescimento com recursos próprios, sem uma verdadeira ruptura de todo o sistema. (LEÃO, 1989, p.44).

A importância da agroindústria atingiu tal nível que sem ela a agricultura torna-se quase impraticável (basta citar a agroindústria de sementes, a montante). Em relação às agroindústrias processadoras, estas assumem um papel de adicionadoras de valor aos produtos, o que para as cooperativas foi decisivo nas suas pretensões dentro do mercado.

No caso paranaense, a agricultura desempenhou também um papel de elemento impulsionador da economia regional, ainda que assumisse uma posição periférica em relação a São Paulo (PADIS, 1981, p.214). O fato de a atividade agrícola no Paraná (sobretudo no Norte do Estado) ter seu crescimento atrelado a uma rápida expansão da cafeicultura, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, num período em que o setor industrial, concentrado em São Paulo, torna-se dominante na convergência de capitais, resultou na condição de subordinação da economia estadual. A dependência paranaense tem um duplo sentido: em primeiro lugar em relação ao mercado externo de café e em segundo a economia paulista, o que inibia a diversificação agrícola e a própria industrialização no Paraná.

A passagem do modo tradicional para o modo moderno de produzir (o Padrão Agrário Moderno) na agricultura brasileira é atribuída por Kageyama (1987, p.4) e Graziano da Silva (1996, p.6) ao processo de desarticulação desse Complexo Rural e sua dinâmica simples com bases artesanais de produção. Com a crise do padrão antigo que teve seu auge na década de 1950 começa a gestação de um novo padrão agrário, moderno e dependente da dinâmica industrial.

No entanto, o processo de transição se deu de maneira gradual e de modo geral lenta, salvo no caso do Norte do Paraná. O processo de modernização agropecuária foi o suporte para que se atingisse a constituição do Complexo Agroindustrial. No momento em que a dependência da modernização de sua capacidade de importar é interrompida com a internalização da produção de insumos e máquinas para a agricultura, ou seja, a instalação do chamado D1 agrícola, a modernização se torna autônoma (KAGEYAMA, 1987, p.13). Assim, seus limites são colocados pelo próprio capital inserido na agricultura.

A constituição do Complexo Agroindustrial no Paraná foi uma questão de tempo. A implantação de indústrias de insumos “modernos” substitutivas de importações com a criação de um mercado especializado, ao longo do processo de modernização da agricultura, torna a dependência de máquinas e insumos torne-se cada vez mais ampla. Um novo impulso é dado às indústrias processadoras de produtos agrícolas (agroindústrias) e esses “[...] dois conjuntos de indústrias, um a montante e outro a jusante da produção agrícola, é que compõem, com a agricultura, o Complexo Agroindustrial”. (GUIMARÃES, 1979, p.134).

A nova configuração agrária brasileira - caracterizada por um intenso processo de modernização, acompanhado por inúmeras transformações relacionadas à articulação, cada vez maior, entre a agricultura e a indústria - a partir do final da década de 1960, através de encadeamentos intersetoriais estabelece um ritmo ao sistema econômico, que teve de ser perseguido pelas cooperativas para sua própria sobrevivência. Tal situação levou à *agroindustrialização* de algumas cooperativas do Paraná.

Para adentrarem no processo de verticalização, através da agroindústria, as cooperativas encontraram o capital necessário na rede bancária (nos bancos de desenvolvimento), por meio de crédito oficial a juros subsidiados. A agroindustrialização das cooperativas foi mais uma medida de fortalecimento das mesmas. Pois, estas estavam sujeitas às mesmas condições das empresas capitalistas: como afirma Fleury (1983, p.143):

A cooperativa, inserida em uma sociedade capitalista e atuando no mercado, precisa assumir certos padrões de conduta, que lhe assegurem alguma

competitividade neste meio. Desta forma, a inserção no mercado projeta sobre a cooperativa uma de suas dimensões, levando-a a assumir uma aparência semelhante à empresa capitalista.

Graziano da Silva (1996, p.23-24), citando Sorj (1980, p.69), comenta que o novo padrão agrícola se difere do antigo na sua característica de expansão. Enquanto o antigo se limitava a expandir horizontalmente pela ocupação da fronteira agrícola, o novo padrão, além da expansão horizontal expande-se verticalmente integrando-se à expansão do Complexo Agroindustrial.

Para que se realizasse no Brasil um processo amplo de integração entre agricultura e indústria com o setor agrícola incorporando bases industriais numa relação de dependência, foi determinante a ação estatal que criou condições para que produtores e suas organizações, como as cooperativas, respondessem à emergência da modernização e industrialização da agricultura (MÜLLER, 1990, p.40-41). Exatamente os produtores organizados em cooperativas e outros grupos econômicos, como as agroindústrias, é que concentraram a maior parte das concessões fiscais e creditícias, sendo que no Paraná esses recursos foram bastante significativos.

A partir dos anos de 1990 a reestruturação agroindustrial ocorre caracterizada pelas articulações entre empresas e agentes econômicos no interior das empresas (MAZZALI, 2000, p. 165).

Outro fator a ser considerado é imposição de uma lógica global de produção, circulação e consumo na agricultura, em detrimento da autonomia dos espaços locais. É constituída então, uma agricultura científica-globalizada (SANTOS, 2002) que direciona as atividades agrícolas decidindo o que e onde vai ser produzido.

Finalmente, vale mencionar as características oligopólicas dos setores que trabalham na interface agricultura-indústria. Segundo Albuquerque e Garcia (1988, p.13) esse fato é que justamente caracteriza a existência do chamado "*Sistema Agroindustrial*". Essa condição reflete a difusão de um modelo extremamente concentrador propagado pelas políticas de desenvolvimento no Brasil.

Ainda que na atualidade o Complexo Agroindustrial esteja conceitualmente superado (MAZZALI, 2000), a compreensão de sua evolução histórica revela aspectos importantes do processo de formação econômica do território brasileiro. O caso paranaense é emblemático no que diz respeito à participação das cooperativas agropecuárias na estruturação do setor agroindustrial.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Silvia M. P. de. **Eles**: A cooperativa – estudo sobre a ideologia da participação. Curitiba, Projeto, 1982.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**: 1965-1985. Sao Paulo: ICONE, 1985.

FLEISHFRESSER, Valéria. **Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná na década de 70**. Curitiba: CONCITEC/IPARDES, Livraria do Chain. 1988.

FLEURY, Maria T. L. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983.

FURTUOSO, M. C. O.; BARROS, G. S. C.; GUILHOTO, J. J. M. O produto interno bruto do Complexo Agroindustrial brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, 1998, v. 36, n. 3, p. 9-23.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GUIMARÃES, Alberto P. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FLEURY, Maria T. L. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983.

KAGEYAMA, Angela (coord.). **O novo padrão agrícola brasileiro**: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais. Campinas, s.n. 1987.

KONZEN, Otto G.; ZAPAROLLI, Irene D. Estrutura agrária e capitalização da agricultura no Paraná. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v.28, n.4, p. 155-173.out./dez. 1990.

LAUSHNER, Roque. **Agribusiness, cooperativa e produtor rural**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1993.

LEÃO, Igor Z. C. C. **O Paraná nos anos setenta**. Curitiba: IPARDES/CONCITEC, 1989.

LEITE, Sergio. Estratégias agroindustriais, padrão agrário e dinâmica intersetorial. **Rascunho**, Araraquara, n. 7, UNESP, p. 1-54. 1990.

LOPES, Mauro. O poder das coalizões políticas de grupos de interesses de bloquear o desenvolvimento agrícola. In: **Desenvolvimento agrícola na década de 90 e no século XXI**. Ed. Ely Cardoso Teixeira. Viçosa: 1993, p. 106-129.

LUCCI, Elian A. **Geografia econômica do desenvolvimento econômico mundial e do Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 1982.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial**: do complexo à organização "em rede". São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MEDEIROS, Natalino H. **A competição schumpeteriana e a organização cooperativa**: o caso da "COCAMAR". São Paulo, 1995. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade; Departamento de Economia.

_____. O mercado agroindustrial cooperativo norte-paranaense e o novo padrão competitivo da década. **Texto para discussão nº 32**. Maringá, Universidade estadual de Maringá, Departamento de Economia, out. 1997.

MÜLLER, Geraldo. As relações micro-macro e indústria agroalimentar: o poder econômico e a pesquisa em ciências sociais. **Rascunho**. Araraquara, n. 1, p. 1-53, jun. 1989.

_____. Competitividade e integração econômica e social: para uma gestão regional das questões agrárias e agroindustriais. **Rascunho**. Rio Claro, n.32, dez. 1994.

_____. **Complexo Agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

_____. Observação sobre a economia política da agricultura brasileira. **Rascunho**, Araraquara, n.14, p. 1-65. dez. 1990.

_____. **O Complexo Agroindustrial brasileiro**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, Escola de administração de Empresas. 1981.

MUNHOZ, Dercio G. **Economia agrícola – agricultura: uma defesa dos subsídios**. Petrópolis: Vozes, 1982.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto. 1991.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná**. São Paulo, Hucitec, 1980.

PEREIRA, Laércio B. O Estado e o desempenho da agricultura paranaense no período de 1975-85. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v.30, n.2, p.115-133, abr./jun. 1992.

ROCHA, Marcio M. Complexo Industrial. **Revista Unimar**. Maringá, v.12, n.2, p.237-242, out. 1990.

ROLIM, Cássio F. C. O Paraná urbano e o Paraná do agribusiness. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n.86, p.49-99, set./dez. 1995.

SIFFERT FILHO, Nelson; FAVERET FILHO, Paulo. O sistema agroindustrial de carnes: competitividade e estruturas de governança. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.265-297. dez. 1998.

SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **Por uma outra globalização**. 9ª ed. São Paulo: Record, 2002.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6ª ed. São Paulo: Record, 2004

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfaômega, 1976.